

# SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>15</b>
-------------------------	-----------

## CAPÍTULO I

<b>Liberdade de Expressão e Expansão dos Direitos Fundamentais Na Sociedade Democrática .....</b>	<b>19</b>
---	-----------

1. Sociedade Democrática e Expansão dos Direitos Fundamentais ..	19
2. Imprensa: Origem e Sentido .....	24
3. Comunicação Social e Liberdades Públicas .....	26
4. Liberdade de Informação .....	29
5. Liberdades de Expressão e de Imprensa .....	33
5.1. Fontes Internacionais e Perspectiva Constitucional .....	33
5.1.1. Convenção Americana sobre Direitos Humanos .....	33
5.1.2. Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos .....	34
5.1.3. Declaração dos Princípios sobre Liberdade de Expressão .....	34
5.1.4. Declaração de Chapultepec e Sociedade Interamericana de Imprensa .....	37
5.1.5. Constituição Brasileira de 1988 .....	39
5.2. Noção Conceitual e Características .....	40
5.2.1. Liberdade de Expressão .....	40
5.2.2. Liberdade de Imprensa .....	46
5.3. Princípio da Veracidade .....	51
6. Crítica Jornalística e Proibição de Censura .....	53
7. Códigos de Ética da Imprensa .....	57
8. Sigilo das Fontes Jornalísticas e Possibilidade de Mitigação .....	61
9. Jornalismo Investigativo .....	63

## CAPÍTULO II

**Aspectos Criminais dos Direitos da Personalidade no Contexto**

<b>Midiático .....</b>	<b>67</b>
1. Constitucionalização do Direito Civil e Eficácia Horizontal dos Direitos Fundamentais .....	67
2. Direitos da Personalidade .....	70
2.1. Noções Gerais .....	70
2.2. Liberdade de Imprensa e Direitos da Personalidade: Critérios de Ponderação à luz da Interpretação Constitucional Moderna .....	73
3. Direito à Integridade Moral .....	76
3.1. Direito à Imagem .....	76
3.2. Direito à Privacidade .....	79
3.3. Direito à Honra .....	82
4. Direito ao Esquecimento versus Direito ao Isolamento .....	84
5. Tomada de Postura .....	98

## CAPÍTULO III

**Crimes de Imprensa: Conceito, Terminologia e Legislação .....**

<b>Crimes de Imprensa: Conceito, Terminologia e Legislação .....</b>	<b>101</b>
1. Noções Terminológica e Conceitual .....	101
2. Evolução Legislativa no Brasil .....	103
3. Lei de Imprensa e ADPF n. 130 .....	110
3.1. Abusos e Modelos de Responsabilidade .....	110
3.2. Grupos de Infrações Penais na extinta Lei n. 5.250/1967 .....	117
3.2.1. Delitos com Previsão Simultânea na Lei de Imprensa e em Leis Penais .....	117
3.2.2. Delitos com Previsão Exclusiva na Lei de Imprensa .....	119
4. Infrações Penais no Atual Panorama Legal .....	119
a) Crimes contra a Segurança Nacional .....	120
b) Crimes contra a Honra das Pessoas Físicas ou Jurídicas ...	120
c) Incitação à Prática de Crime ou Realização de Apologia de Fato Criminoso ou de Autor de Crime .....	120
d) Incitação para Cometimento de Genocídio pela Imprensa .....	121

e)	Crime de Propaganda de Preconceito de Raça ou Classe ..	122
f)	Crimes Ocorridos Investigação e na Obtenção de Prova no Contexto da Organização Criminosa .....	122
g)	Lei n. 9.296/1996 (Intercepção Telefônica) .....	123
h)	Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) .....	123
i)	Código Eleitoral e Lei n. 9.504/1997 (Lei das Eleições) ...	125
j)	Código Brasileiro de Telecomunicações e Lei de Rádio e Difusão Comunitária .....	125
k)	Lei n. 9.434/1997 (Lei de Transplantes) .....	127
5.	Críticas .....	128
5.1.	Direito Material e PLS n. 236/2012 (Novo Código Penal)	128
5.2.	Processo Penal .....	132
6.	Direito Penal de Imprensa no Brasil .....	132
6.1.	Sociedade de Risco e Comunicação de Massa .....	132
6.2.	Mandados Constitucionais de Criminalização e Proibição de Insuficiência .....	140
6.3.	Alocação Sistêmica .....	143
7.	Intervenção Mínima e Descodificação .....	144

#### CAPÍTULO IV

<b>Imprensa e Processo Penal Constitucional .....</b>	<b>149</b>
1. Garantias Processuais Penais .....	149
2. Convenção Americana sobre Direitos Humanos .....	150
3. Inquérito Policial .....	153
3.1. Noções Gerais .....	153
3.2. Contraditório, Juiz de Garantias e Audiência de Custódia .	154
4. Direito ao Silêncio e a não Auto-Incriminação .....	160
5. Publicidade .....	162
5.1. Sigilo .....	165
5.2. Publicidade e Colisão entre Informação e Intimidade .....	166
5.3. Lei n. 9.296/1996 e Sigilo das Interceptações Telefônicas	168
5.4. Interceptação Telefônica entre Advogado e Cliente .....	189
5.5. Sigilos Bancário e Fiscal .....	190

6.	Processo e Procedimento .....	208
6.1.	Noções Conceituais .....	208
6.2.	Estrutura Princirológica .....	210
6.3.	Estado de Inocência e Execução Provisória da Pena .....	212
7.	Processo Penal de Imprensa e Proibição de Insuficiência .....	221

## CAPÍTULO V

	<b>Procedimento Especial dos Crimes contra a Honra: Aspectos Práticos no Contexto Da Imprensa .....</b>	<b>225</b>
1.	Classificação dos Procedimentos .....	225
2.	Procedimentos dos Crimes contra a Honra à época da Lei n. 5.250/1967 .....	227
3.	Atual Panorama Legal .....	228
3.1.	Direito Material e Processo Penal .....	228
3.2.	Procedimentos dos Crimes Contra a Honra Então Existentes .....	228
3.2.1.	Crimes contra a honra previstos no Código Penal, desde que sujeitos à ação penal privada, ainda que praticados por meio da imprensa .....	228
3.2.2.	Crimes contra a honra no Código Eleitoral .....	234
3.3.	Aplicação do Procedimento Sumaríssimo da Lei n. 9.099/1995 .....	235
3.4.	Procedimento Especial do Código de Processo Penal .....	235
3.4.1.	Exceção da Verdade ou Notoriedade do Fato .....	244
3.4.2.	Exceção da Verdade no Procedimento Sumaríssimo .....	247
3.4.3.	Pedido de Explicações .....	247
3.4.4.	Retratação do Acusado .....	250
4.	Prescrição dos Crimes de Imprensa .....	251

## CAPÍTULO VI

	<b>Direito de Resposta: Fundamentos Dogmáticos e Legislativos .....</b>	<b>253</b>
1.	Noções Gerais .....	253
2.	Escoço Histórico .....	253
2.1.	Direito Comparado .....	253

2.2. Convenção Americana sobre Direitos Humanos .....	257
2.3. Direito Brasileiro .....	257
3. Fundamentos .....	265
4. Direito de Resposta e Publicação da Sentença Condenatória .....	269

## CAPÍTULO VII

### **Comentários à Lei n. 13.188/2015: Novo Marco Legislativo do Direito de Resposta no Brasil .....**

**271**

1. Noções Gerais .....	271
2. Surgimento do Direito de Resposta .....	274
3. Legitimidade e Gratuidade .....	275
4. Divulgação, Publicação e Transmissão .....	276
5. Matéria e Conteúdo Ofensivo .....	277
5.1. Comentários de Usuários da Internet .....	277
5.2. Retratação ou Retificação Espontânea do Veículo de Comunicação .....	278
6. Resposta Proporcional ao Agravo .....	279
7. Prazo de Exercício do Direito de Resposta .....	283
8. Forma de Solicitação .....	283
9. Ofensa por um ou mais Veículos de Comunicação .....	284
10. Prazo de Divulgação .....	284
11. Procedimento Especial da Ação Judicial .....	286

## CAPÍTULO VIII

### **Crimes Eleitorais e Direito de Resposta .....**

**295**

1. Justiça Eleitoral .....	295
2. Crimes Eleitorais .....	296
2.1. Disposições Preliminares e Processo Penal .....	296
2.2. Natureza Jurídica e Bem Jurídico-Penal .....	301
2.3. Classificação Doutrinária .....	304
3. Crimes Eleitorais Praticados pela Imprensa .....	304
4. Direito de Resposta à luz da Lei n. 9.504/1997 .....	305
4.1. Fundamentos .....	305
4.2. Momento de Exercício .....	307

4.3. Afirmação Caluniosa, Difamatória, Injuriosa ou Sabidamente Inverídica .....	308
4.4. Legitimidade Ativa .....	311
4.5. Instrução do Pedido de Resposta .....	313
4.5.1. Em órgão da imprensa escrita .....	313
4.5.2. Em programação normal das emissoras de rádio e de televisão .....	314
4.5.3. No horário eleitoral gratuito .....	314
4.5.4. Em propaganda eleitoral na internet .....	315
4.6. Cumulação de Pedidos .....	316
4.7. Inviabilidade de Reparação nos Prazos .....	316
5. Eleições e Resolução n. 23.462/2016 do Tribunal Superior Eleitoral .....	316
6. Recurso .....	317
7. Prazo das Decisões .....	318
8. Não Cumprimento Integral ou Parcial da Decisão Concessiva do Direito de Resposta .....	318
9. Preferência de Tramitação .....	319
<b>Conclusões .....</b>	<b>321</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>327</b>